

**RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA**

*Estudo de Impacte Ambiental*

**“Exploração Suinícola Herdade da Serrana”**

**Agosto de 2008**

## EQUIPA DE TRABALHO

### Elaboração:

- *Margarida Rosado*

### Secretariado:

- *Paulo Santos*
- *Odete Cotovio*

## **ÍNDICE**

**1.INTRODUÇÃO**

**2.PERÍODO DE CONSULTA**

**3.DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA**

**4.MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO**

**5.ANÁLISE DOS PARECERES RECEBIDOS**

### **ANEXO I**

- **Lista de Entidades convidados a participar na Consulta Pública**
- **Pareceres Recebidos**

# **RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA**

## **“Exploração Suinícola Herdade da Serrana”**

### **1. INTRODUÇÃO**

Em cumprimento do preceituado no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projecto de “Exploração Suinícola Herdade da Serrana”.

### **2. PERÍODO DE CONSULTA**

Considerando que o projecto se integra na lista do anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro a Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, tendo o seu início no dia 1 de Julho de 2008 e o seu final no dia 4 de Agosto de 2008.

### **3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA**

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- Câmara Municipal do Castro Verde

O RNT esteve ainda disponível para consulta na Junta de Freguesia de Castro Verde

### **4. MODALIDADES DE PUBLICAÇÃO**

A divulgação desta consulta foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios nas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia acima referidas;
- Publicação de anúncio, envio de RNT e de nota de imprensa para o Jornal Correio da Manhã;
- Divulgação na Internet na “homepage” da APA com anúncio e RNT;
- Envio de nota de imprensa para os Jornais e Rádios constantes do Anexo I;
- Envio de ofício circular às entidades constantes no Anexo I.

## **5. PARECERES RECEBIDOS**

Durante a consulta pública foram recebidos 5 pareceres e 1 abaixo-assinado com a seguinte proveniência:

- Câmara Municipal de Castro Verde
- Um Abaixo-assinado da população de Castro Verde com 108 assinaturas (remetido através da Câmara Municipal de Castro Verde)
- Núcleo Concelhio do PS (remetido através da Câmara Municipal de Castro Verde)
- Núcleo Concelhio do BE (remetido através da Câmara Municipal de Castro Verde)
- Um Cidadãos residente em Castro Verde - Vila de Entradas (remetido individualmente e através da Câmara Municipal de Castro Verde)
- Um Cidadão residente em Castro Verde

**A Câmara Municipal de Castro Verde** é desfavorável ao licenciamento da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana uma vez que tem associados impactes negativos de forte significância ao nível dos recursos hídricos, qualidade do ar, resíduos e nas áreas de conservação da natureza, contrariamente ao referido no Estudo de Impacte Ambiental, onde é atribuída baixa significância aos impactes. Considera, que de acordo com o estudo de impacte ambiental, não se encontra assegurada a resolução dos problemas ambientais referidos

Salienta que se trata de uma exploração que tem apresentado ao longo de sucessivos anos problemas associados à contaminação da qualidade do ar, à contaminação dos lençóis freáticos da região e à contaminação das linhas de água que atravessam e/ou se localizam nas proximidades e para onde são encaminhadas todas as escorrências da exploração.

Relembra ainda, que apesar de no passado (1999) terem sido emitidas licenças para a exploração, para apenas 399 porcas reprodutoras, capacidade significativamente inferior à actualmente proposta, a exploração sempre apresentou problemas/anomalias em várias áreas nomeadamente na protecção de captações, tratamento de água para consumo, tratamento de água residual e tratamento de animais mortos, que nunca foram adequadamente resolvidos pelos responsáveis daquela unidade.

Num **Abaixo-assinado com 108 assinaturas da População de Castro Verde**, é manifestada a total discordância com o licenciamento da exploração em apreço, solicitando o seu encerramento, por considerarem que a mesma afecta, há cerca de duas décadas, a qualidade do ar, dos recursos hídricos, assim como interfere com a conservação da natureza dado que se localiza em plena ZPE de Castro Verde.

O **Núcleo Concelhio do PS de Castro Verde** subscreve a opinião da população de Castro Verde e manifesta-se contra o projecto por considerar que o mesmo constitui um foco de poluição ambiental, em particular no que se refere à afectação da qualidade do ar e dos lençóis freáticos. Considera também, que o estudo de impacte Ambiental não demonstra que as situações que geram impactes serão resolvidas.

O **Núcleo Concelhio do Bloco de Esquerda de Castro Verde** manifesta-se contra o licenciamento da exploração em análise e considera que desde o início do funcionamento da exploração não foram tomadas as adequadas medidas de controlo para evitar os incómodos provocados pelos maus cheiros, quer por negligência da empresa responsável quer pela inoperância das entidades fiscalizadoras.

**Um cidadãos residentes em Castro Verde (Entradas)** manifesta-se contra o licenciamento da exploração, em particular, por considerar que ao seu funcionamento estão associados impactes negativos, em particular, no que se refere à eventual contaminação de um açude que alimenta os lençóis freáticos de onde é captada a água para consumo público da vila de Entradas.

Apresenta um conjunto de preocupações/problemas que consideram estar associados à exploração:

- risco de contaminação e poluição das linhas de água da Ribeira da Horta da Nora e Ribeira de Terges, com consequências negativas para a avifauna da ZPE;
- ocorrência de maus cheiros na envolvente e no IP2;
- o espalhamento de efluentes no solo combinado com situações de pluviosidade extrema, reparações e emergência, implicará situações muito negativas, podendo ocorrer contaminação das águas dos açudes na Ribeira de Terges junto ao Monte do Torrejão e à Vila de Entradas.

Chama também a atenção para o facto de já terem ocorrido no passado problemas devido ao mau funcionamento do sistema de tratamento de efluentes, assim como da má gestão do local onde se depositam os cadáveres, salientando a importância da recuperação da represa que recebe os efluentes, bem como da vala que recebeu no passado os referidos cadáveres.

**Um cidadão residente em Castro Verde** considera que a Exploração tem associada graves impactes negativos e solicita que sejam adoptadas todas as acções no sentido de minimizar ou eliminar os impactes negativos. Salienta, que na impossibilidade de garantir a defesa da qualidade de vida das populações locais e a defesa do meio ambiente, seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental Desfavorável.

Os impactes negativos associados à presença da exploração são:

- Emissão de gases poluentes provenientes da exploração, resultantes da actividade física e biológica dos animais e da limpeza e higienização das instalações, bem como provenientes do sistema de tratamento (lagoas) e do espalhamento das lamas no solo; Os referidos cheiros fazem-se sentir nas estradas localizadas na envolvente (IP2 e EN2), assim como afecta quer os habitantes quer os turistas que se deslocam a Castro verde;
- Existência de uma grande dispersão de gases na envolvente da exploração, sendo essa situação agravada pelo tipo de paisagem existente no local: paisagem aberta de peneplanície, com uso do solo agrícola com exploração de pastagens e cultivo de cereais de sequeiro, com uma quase ausência de vegetação arbórea ou arbustiva;
- Contaminação das águas superficiais e conseqüentemente das águas subterrâneas, provocando impacto sobretudo no abastecimento de água à vila de Entradas, situada na mesma bacia hidrográfica a jusante da exploração suinícola;

Critica também os sistemas de minimização dos impactes negativos, tal como o incorrecto funcionamento do tratamento dos efluentes e o não cumprimento dos limites de efectivo pecuário. Acrescenta ainda que no futuro não será possível a criação de uma verdadeira barreira florestal à dispersão dos gases, quer devido ao facto da área se localizar na área da ZPE de Castro Verde, quer porque de acordo com o regulamento do Plano Director Municipal de Castro Verde, a área se insere em “Área Não Passível de Florestação”.



**RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA**  
**“Exploração Suinícola Herdade da Serrana”**

**Agência Portuguesa do Ambiente**

*Jorginda Rosado*

**Agosto de 2008**

**RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA**  
**“Exploração Suinícola Herdade da Serrana”**

**ANEXO I**



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE  
CÂMARA MUNICIPAL

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

DG  DSDGFS  DSDGMS  DSDGJP

ÁREA:

DFEAR  GERA  
 DPCA  STIC  
 LISA  GAUR  
 DGRHFP  GAIA

Ex.m<sup>o</sup> (ª) Sr. (ª)  
 Director - Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
 Rua da Murgueira, 9/9 A  
 Zambujal - Apart. 7585  
 2611-865 Amadora

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Nº ofício / Data
		U/7-22	1079/08/GAIA

ASSUNTO: CONSULTA PÚBLICA NO AMBITO DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJECTO " EXPLORAÇÃO SUINICOLA HERDADE DA SERRANA "

Para cumprimento do solicitado no vosso ofício nº 1079/08/GAIA e na sequência do processo de consulta pública referenciada em epigrafe, junto tenho a honra de enviar a V.Ex<sup>a</sup> documento aprovado em reunião desta Câmara realizada no dia trinta do passado mês de Julho com a posição assumida e certidão de afixação do anúncio em locais públicos desta Vila.  
 Com os melhores cumprimentos

O Presidente,

- Francisco José Caldeira Duarte -

*By Margarida Rosado*  
*Francisco Almeida*  
 8/8/2008



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE  
CÂMARA MUNICIPAL

## CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Concelho de Castro Verde

- (1) Sebastião Colaço Canário
- (2) Chefe de Secção da Câmara Municipal de Castro Verde

Certifico que, nesta data, afixei nos lugares públicos do costume diversos exemplares do (3) Anúncio, emanado do Exm<sup>o</sup>. Senhor. (4) Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, sobre (5) a consulta pública no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto, "Exploração Suinícola Herdade da Serrana"

---

---

---

---

---

Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.

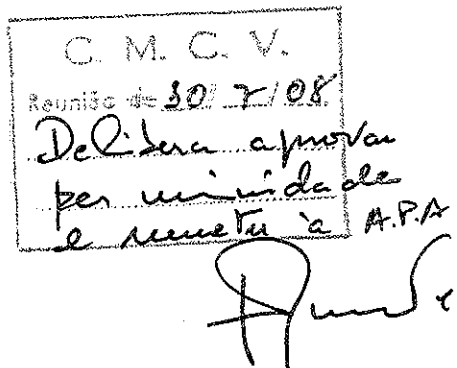
Paços do Concelho de Castro Verde, 1 de Julho de 2008

(6) \_\_\_\_\_

(1) – Nome; (2) – Categoria; (3) – Edital, Aviso, etc.; (4) – Entidade que publica o documento; (5) – Indicação do assunto; (6) – Assinatura e selo branco ou carimbo.



Câmara Municipal de Castro Verde



## EXPLORAÇÃO SUINÍCOLA HERDADE DA SERRANA EM CASTRO VERDE

### **Consulta Pública no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto “Exploração Suinícola Herdade da Serrana”.**

Está a decorrer a Consulta Pública no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto “Exploração Suinícola Herdade da Serrana”. Previamente à formulação dos nossos comentários específicos no contexto desta consulta, julgamos oportuno referir o historial e os momentos que reputamos mais significativos deste processo. Assim, compulsados os arquivos municipais, destacamos:

Na década de 80, a SOCRIPOR – Sociedade do Sul para a Criação e Comercialização de Porcos construiu na Herdade da Serrana – Castro Verde um complexo suinícola, sem ter sido objecto de qualquer licenciamento camarário e que após alguns anos de laboração encerrou a sua actividade por volta dos anos 1993/94.

Em 23 de Agosto de 1995, o Banco FONSECAS & BURNAY, proprietário da Herdade da Serrana e tendo em conta um cliente potencialmente interessado na aquisição do imóvel, apresentou um pedido de informação prévia à Câmara Municipal sobre se “é ou não viável a exploração agro-pecuária da “Serrana” ... desde que rigorosamente cumpridas as exigências legais em vigor?”

A pretensão foi deferida em reunião de Câmara de 7 de Setembro de 1995, condicionada todavia à observância de todas as condicionantes recomendadas no parecer dos Serviços Técnicos Municipais cuja conclusão se transcreve:

*“...De acordo com a legislação em vigor, uma exploração de suinicultura com capacidade igual ou superior a 400 porcas ou 4.000 animais, ficará sujeita a um estudo de impacte ambiental (E.I.A.)...Em conclusão, a reentrada em funcionamento do empreendimento em questão é viável, devendo o estudo ser desenvolvido sempre de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, no que se refere às normas de descarga das águas residuais, para além da necessidade de desenvolver o processo de licenciamento da obra e o respectivo licenciamento sanitário”*

Em 28 de Janeiro de 1997, a empresa SUINIMOR – Agro-Pecuária de Montemor, Lda. apresentou um requerimento à Câmara Municipal de Castro Verde para legalização de um complexo agro-pecuário destinado a instalar um efectivo de 550 porcas reprodutoras (Processo nº 5/97).

Sobre o projecto apresentado foi elaborada a informação nº 47/97 de 9 de Junho submetida à apreciação da Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 19 de Junho de 1997, de cuja acta transcrevemos:

*“Apreciado o projecto, a Câmara, em face dos pareceres técnicos emitidos, deliberou por unanimidade, aprova-lo, condicionado todavia à execução de uma cortina vegetal envolvente do empreendimento (cortina “corta-vento”) para protecção da vila de Castro Verde contra eventuais maus cheiros que possam surgir.*

*Não obstante a Direcção Geral do Ambiente (DGA) e a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, terem emitido pareceres favoráveis para a existência de um efectivo pecuário até 550 porcas reprodutoras em ciclo fechado, e da DGA ter emitido o Alvará de Licença nº 92/96-JSA/DMDH para descarga de águas residuais provenientes da exploração de suinicultura, é entendimento desta Câmara Municipal autorizar o licenciamento até 399 porcas reprodutoras ou 3.999 animais, ficando o dono da exploração, caso pretenda exceder estes limites, obrigado a apresentar um estudo de impacto ambiental, de acordo com o estipulado no Decreto-Regulamentar nº 38/90, de 27 de Novembro.*

*Concluídas as obras de conservação e reparação ora pretendidas, a empresa deverá dar cumprimento ao disposto no artigo 27º do Decreto-Lei nº 445/91 e ainda ao estipulado na Portaria nº 6065, de 30 de Maio de 1929, disposições estas que determinam obrigatoriamente a posse de alvarás de licença de utilização e de licenciamento sanitário.”*

Nos termos e condicionantes acima expostos, foi requerida e emitida, em 21 de Novembro de 1997, a Licença de Obras nº 62/97.

Foram requeridas e emitidas, em 22 de Janeiro de 1999, as Licenças de Utilização nº 13/99 (Habitação), nº 14/99 (Habitação), nº 15/99 (Escritório) e nº 16/99 (Complexo Suinícola). Em tempo, e por despacho do Presidente da Câmara de 10-01-2005, foi averbado o nome do novo proprietário: SUIGRANJA – Sociedade Agrícola, Lda.

Em 15 de Novembro de 2000 foi realizada uma vistoria por técnicos da Divisão de Gestão Urbanística e Ambiental da CMCV que detectou várias anomalias na área de exploração consignadas na Informação nº 37/2000, de 30-11-2000. Submetido o assunto à apreciação da Câmara Municipal esta deliberou, na sua reunião de 21-12-2000, notificar o proprietário para proceder, no prazo máximo de 60 dias, à implementação das medidas nela preconizadas (nomeadamente no que respeita a acções limpeza da ETAR, execução de vedações, funcionamento das lagoas, etc) e dar cumprimento a uma condicionante inicial no que respeita à criação de uma cortina vegetal de protecção.



Em 8 de Maio de 2001, e a pedido do Centro de Saúde de Castro Verde, foi realizada uma vistoria conjunta que constatou que a situação se mantinha e nenhuma das medidas preconizadas, com excepção do "tamisador", tinha sido implementada. Para além das situações referidas, continuam a manter-se os problemas relacionados com a qualidade da água distribuída na exploração, pois continua imprópria para consumo, de acordo com as análises que têm vindo a ser efectuadas pela autoridade sanitária. (Informação nº 11/2001, de 08-05-2001). A situação foi comunicada à Direcção Regional de Agricultura do Alentejo e à Direcção Regional do Ambiente do Alentejo que, na sua resposta, conclui: "...Após várias visitas ao local, mais se informa que as condições de exploração da ETAR são regulares, não se identificando algum aspecto marcante merecedor de cuidados especiais."

Em 4 de Março de 2002, foi realizada nova vistoria (Informação nº 2/2002, de 03-04-2002) que constata o agravamento da situação anómala já evidenciada anteriormente. Em contagem realizada em 23-03-2002 constatou-se a existência 613 fêmeas reprodutoras adultas e ainda cerca de duas dezenas de suínos de diferentes idades mortos e em avançado estado de decomposição, em duas valas a céu aberto.

Na sequência desta informação e da deliberação tomada em reunião de Câmara de 04-04-2002 foi o proprietário notificado para proceder à correcção das anomalias detectadas no prazo de 30 dias.


Foi igualmente deliberado informar os Serviços do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas para a situação detectada, nomeadamente para a sobrelotação de animais, que, na opinião da Câmara Municipal, justificação a suspensão de funcionamento enquanto não houver estudo de impacte ambiental

Por seu lado foi também Informada a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Alentejo, que nos comunicou ter notificado o proprietário para, no prazo de 30 dias, proceder a um conjunto de intervenções com vista a garantir a eficiência do processo de tratamento implementado.

Em Novembro de 2002 a Informação dos Serviços Técnicos da CMCV nº 13/2002, de 26-11-2002 conclui, após vistoria: "...considera-se que foram resolvidos os problemas mais graves que existiam na exploração suinícola e que eram apontados, na informação anterior, como de resolução mais urgente, pelo que se encontrou uma situação a todos os títulos positiva".

Em 20 de Março de 2006 foi realizada nova vistoria (Informação nº 24/2006, de 26-05-2006) na sequência das preocupações manifestadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Entradas pela qualidade da água da ribeira de Terges (são visíveis indícios de poluição originários da exploração suinícola na água do açude existente na ribeira de Terges, açude esse que serve de reforço às captações de água de Entradas). Constatou-se que a generalidade das anomalias anteriormente descritas se mantinham inalteradas. Na contagem então efectuada apurou-se a existência de 630 porcas reprodutoras.

Em 10 de Maio de 2006 tomámos conhecimento pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo de que o proprietário da exploração tinha sido notificado para "...apresentar, no mais curto espaço de tempo, projecto que vise a resolução do passivo ambiental no prazo de 120 dias, incluindo o prazo de execução da obra, sujeito a avaliação e validação da CCDR - Alentejo."



Em 26 de Novembro de 2006 a empresa SUIGRANJA, Sociedade Agrícola, SA informa a Câmara Municipal que estão a "...proceder com toda a celeridade à correcção das anomalias apontadas..." e "...comunicaremos a V.Exa. logo que todos os trabalhos estejam concluídos."

Em 25 de Maio de 2007 foi realizada uma vistoria conjunta – CMCV e Centro de Saúde de Castro Verde (Relatório de 15-06-2006) que constatou, mais uma vez, anomalias diversas em várias áreas nomeadamente na protecção das captações, tratamento de água para consumo, tratamento de água residual, tratamento dos animais mortos, etc.

Em 12 de Outubro de 2007 foi realizada nova vistoria (Relatório de 24-12-2007). Foi solicitada a apresentação das licenças de descarga no domínio hídrico das águas residuais tratadas, os boletins analíticos de controlo de efluente tratado, os boletins de análise de controlo da qualidade da água para consumo e a licença de exploração emitida pela Direcção Geral de Veterinária. Nenhum destes documentos foi exibido na altura, nem enviado posteriormente, apesar de ter sido solicitado. Na contagem então efectuada apurou-se a existência de 741 porcas reprodutoras.

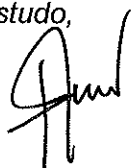
**Em resumo podemos salientar que os aspectos negativos mais significativos detectados, recorrentes desde há largos anos e que se mantêm actualmente, são:**

- **Sucessivos, para não dizer diários, impactes negativos ao nível da qualidade do ar;**
- **Contaminação dos lençóis freáticos da região;**
- **Poluição das linhas de água que atravessam e/ou se localizam nas proximidades e para onde são encaminhadas todas as escorrências do exploração suinícola.**

O Estudo de Impacte Ambiental agora em Consulta Pública, não nos assegura minimamente que estes problemas estarão resolvidos com a intervenção ora preconizada. Senão vejamos:

Como ponto prévio devemos referir que no decurso da elaboração do "Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana" a Câmara Municipal de Castro Verde nunca foi contactada, com excepção de um pedido de informação relativo ao Plano Director Municipal.

Por outro lado o "Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana" parte do princípio de que se trata de uma instalação existente como é expresso na página 3-14 "*Uma vez que se trata de uma exploração existente, não são consideradas neste estudo, alternativas*"





Ora, se é um facto que em 1999 foram emitidas licenças de utilização para uma exploração suinícola, não é menos verdade que a capacidade do complexo licenciado (399 porcas reprodutoras) era significativamente inferior à agora solicitada (700 porcas reprodutoras e uma produção anual de 5.900 porcos de 100 kg.) e à sempre verificada nas contagens efectuadas ao longo dos anos (550 porcas reprodutoras em 15-11-2000, 613 em 04-03-2002 e em 20-03-2006, 741 em 12-10-2007).

Na prática estamos a assumir como dado adquirido e imutável, uma situação que sempre foi contestada, com a agravante de se pretender aumentar a capacidade de 400 para 700 porcas reprodutoras

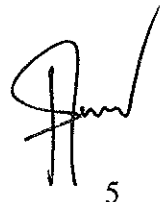
Concluindo, entendemos que o processo actual corresponde a uma efectiva alteração do uso do solo contrariamente ao que é afirmado nas páginas 5-30 e 5-31 do referido Estudo.

Relativamente à captação de água subterrânea para consumo parece que a matéria não está suficientemente esclarecida. No capítulo "Lacunas Técnicas e de Conhecimento" o Estudo refere que *"...não é possível, em rigor, avaliar o efeito que a captação de água para a Exploração suinícola provoca no nível piezométrico das captações. O funcionamento da actual Exploração recorre à captação de água subterrânea pelo o que se pretende é a continuação de uma actividade que já ocorre."*

Na página 3-16 o Estudo refere que a partir das duas captações exploradas e licenciadas se estima um consumo médio de 26.754 m<sup>3</sup>/ano. Ora as licenças emitidas Pela CCDR Alentejo - nº 50/2007/SB e 48/2007/SB - preconizam um volume máximo anual de 7.776,00 m<sup>3</sup> e 6.221,00 m<sup>3</sup> respectivamente o que perfaz um total de 13.997,00 m<sup>3</sup>.

Relativamente aos recursos hídricos superficiais partilhamos as opiniões expressas nas páginas 5-9 a 5-17 e concordamos com a conclusão decorrente: *"Considera-se que, desde que sejam aplicadas todas as especificações referentes à ETAR, ao espalhamento e à monitorização do efluente tratado, esta acção constitui um impacto positivo..."*. No entanto, todo o historial acima relatado não nos permite ter grandes certezas quanto a esse cumprimento nem à capacidade das entidades com responsabilidade na matéria intervirem em tempo útil.

Relativamente à poluição atmosférica o Estudo menciona na página 3-26 serem os gases CH<sub>4</sub> (Metano), NH<sub>3</sub> (Amoníaco) e H<sub>2</sub>S (Ácido Sulfídrico), os que assumem especial importância *"por serem gases com forte odor de características desagradáveis"* e também reconhece no capítulo "Lacunas Técnicas e de conhecimento" que *"não foram encontrados valores de referência da qualidade do ar para o CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O."* Os considerandos integrados no Aditamento ao Estudo pouco contribuem para o esclarecimento das questões e dúvidas levantadas.



5

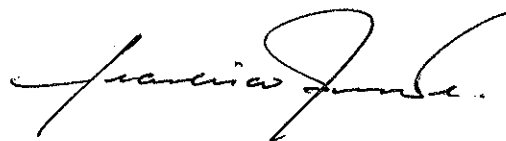
Neste contexto não se compreende como chegam às conclusões expressas na página 5-20 do Estudo. Contrariamente ao afirmado, e pela constatação empírica dos factos, o problema dos "cheiros" emanados da exploração afecta significativamente os habitantes da Vila de Castro Verde, situação que tem sido alvo de diversas intervenções públicas junto da Assembleia Municipal. Convém realçar ainda, e é bom não esquecer que, ao que nos foi dado constatar, as obras de remodelação da ETAR já foram executadas e que portanto, já não são expectáveis melhorias futuras no tratamento dos efluentes.

Assim, consideramos que não se encontra minimamente fundamentada a conclusão expressa no ponto 7 – Síntese do "Resumo Não Técnico" do "Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana": *"A exploração suinícola apresenta ainda impactes negativos, mas de baixa significância, nos recursos hídricos, qualidade do ar, resíduos e nas áreas de conservação da natureza."*

**Ao contrário, e de acordo com o atrás exposto, consideramos que esses impactes são negativos e de forte significância, e nesse sentido, a Câmara Municipal de Castro Verde, na sua reunião ordinária realizada em 30 de Julho de 2008, delibera, por unanimidade, emitir parecer desfavorável ao licenciamento da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana em Castro Verde**

Castro Verde, 30 de Julho de 2008

O Presidente da Câmara Municipal



Francisco Duarte



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE  
CÂMARA MUNICIPAL

APA Agência Portuguesa do Ambiente			
<input type="checkbox"/> DG	<input type="checkbox"/> SDGFS	<input type="checkbox"/> SDGMS	<input type="checkbox"/> SDGLP
ASSESSORIA:			
<input type="checkbox"/> DPEA	<input type="checkbox"/> DFEMR	<input type="checkbox"/> GERA	
<input type="checkbox"/> DACAR	<input type="checkbox"/> DPCA	<input type="checkbox"/> GTIC	
<input type="checkbox"/> DALA	<input type="checkbox"/> ERA	<input type="checkbox"/> GJUR	
<input type="checkbox"/> DOGR	<input type="checkbox"/> DGRHFP	<input checked="" type="checkbox"/> GAIA	
<input type="checkbox"/> OUTROS:			

Ex.m<sup>o</sup> (ª) Sr. (ª)  
Director - Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9/9 A  
Zambujal – Apart. 7585  
2611-865 Amadora

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Nº ofício / Data
		U/7-22	003-0104-08-00

ASSUNTO: CONSULTA PÚBLICA NO AMBITO DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJECTO " EXPLORAÇÃO SUINICOLA HERDADE DA SERRANA "

Para cumprimento do solicitado no vosso ofício nº 1079/08/GAIA e na sequência do processo de consulta pública referenciada em epigrafe, junto tenho a honra de enviar a V.Ex<sup>a</sup> documentos apresentados nesta Autarquia e dentro do prazo estabelecido a saber:

- Um abaixo-assinado pela População de Castro Verde, composto por oito folhas;
- Opinião escrita e apresentado pelo cidadão Manuel António Emília Domingos;
- Posição assumida pelo Núcleo Concelhio do PS;
- Posição assumida pelo Núcleo Concelhio do BE.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente,

- Francisco José Caldeira Duarte -

Rosado  
Alameda  
8/8/2008

Ex. Sr.  
Director- Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, nº 9/9ª Zambujal  
Apartado 7585  
2611-865 Amadora

Considerando que se encontra em fase de consulta pública o "Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana, na envolvência da vila de Castro Verde e, tendo em conta os impactes negativos que essa exploração causa, há quase duas décadas, nesta localidade, quer por afectar profundamente a qualidade do ar e dos resíduos hídricos, quer pelos efeitos que provoca a nível da conservação da natureza, uma vez que a exploração se situa em plena ZPE de Castro Verde, os abaixo-assinados solicitam a V.ª Ex.ª que não contribua para o licenciamento dum projecto desta natureza e que envide todos os esforços no sentido de obrigar ao encerramento urgente desta exploração suinícola que tanto tem afectado a população de Castro Verde.

Miguel Alexandre Medeiros Vidiqal Caldeira Inf. B.I. 8485261  
Joséinho B.I. nº 9694565

DANIEL FERNANDO VINDAIO, 6001027

SOSÉ MARIA NARCISO CAEIRO Nº 7904973

Silvino Matre Calace

Valério Brito Cuneias B.I. 8616293

WILSON MANUEL DORES GUERREIRO B.I. 7837841

JOÃO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA CANAÍCIO B.I. 7028334

José Manuel Costa Brito B.I. 12977792

Vítor António Fernandes

Pedro Miguel Duarte Martins Pires

MUNO MIGUEL PAULINO VAREAS B.I. 7116367

LUCINDA ANDRADE ELIAS C. P. SIMÕES B.I. 6416295

Justino Mourina da Silva. B.I. = 7893476

Paulo Alexandre Ramo Domingos Inf. 968445

Yosi Carlos Barbo Torré da Silva B.I. 8370914

Ex. Sr.  
Director- Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, nº 9/9ª Zambujal  
Apartado 7585  
2611-865 Amadora

Considerando que se encontra em fase de consulta pública o “Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana”, na envolvência da vila de Castro Verde e, tendo em conta os impactes negativos que essa exploração causa, há quase duas décadas, nesta localidade, quer por afectar profundamente a qualidade do ar e dos resíduos hídricos, quer pelos efeitos que provoca a nível da conservação da natureza, uma vez que a exploração se situa em plena ZPE de Castro Verde, os abaixo-assinados solicitam a V.ª Ex.ª que não contribua para o licenciamento dum projecto desta natureza e que envide todos os esforços no sentido de obrigar ao encerramento urgente desta exploração suinícola que tanto tem afectado a população de Castro Verde.

Nome	B.I.
João Nunes Sequeira	077467E
Maria Helena A. Marques Silva	9624989
Regina Afonso	12513713
Mário Idalina	
Joaquim Carvalho	
Manuel Fernandes Guerreiro	4579548
Sónia Guortório	
Dário Vencença	9960049
Luís Gustavo Moehus	11955173
Dália Maria Martins Reis	8639718
Fernanda Lagartinho	521248
Sónia Galambos	10400101
Yocó Correia	74311074

Ex. Sr.  
Director- Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, nº 9/9ª Zambujal  
Apartado 7585  
2611-865 Amadora

Considerando que se encontra em fase de consulta pública o “Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana”, na envolvência da vila de Castro Verde e, tendo em conta os impactes negativos que essa exploração causa, há quase duas décadas, nesta localidade, quer por afectar profundamente a qualidade do ar e dos resíduos hídricos, quer pelos efeitos que provoca a nível da conservação da natureza, uma vez que a exploração se situa em plena ZPE de Castro Verde, os abaixo-assinados solicitam a V.ª Ex.ª que não contribua para o licenciamento dum projecto desta natureza e que envide todos os esforços no sentido de obrigar ao encerramento urgente desta exploração suinícola que tanto tem afectado a população de Castro Verde.

Nome	B.I.
Manuel António	10291714
Carolina Isabel Mateus da Silva	12236846
Maria Francisca D. A. Colaco	4737248
ANA ISABEL RAFAEL BATISTA FRAGOSO	11147130
Fernando Manuel António da Silva	8173142
Maria Serecedade E. Paula Soares	8163609
Carla Maria Costa Guopreiro Garçonnes	9862378
Carla Alexandra Gomes Constantino	10615870
Jose Pedro Almeida Pezina	BE-8025202
António Francisco Silva Ribeiro	6987852
Sandra Isabel Gomes Inácio	10606012
Isabel Catarina de Freitas	8447788
João	4143324
Maria Floreana Brito N. Lanza	10623256

Ex. Sr.  
Director- Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, nº 9/9ª Zambujal  
Apartado 7585  
2611-865 Amadora

Considerando que se encontra em fase de consulta pública o "Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana, na envolvência da vila de Castro Verde e, tendo em conta os impactes negativos que essa exploração causa, há quase duas décadas, nesta localidade, quer por afectar profundamente a qualidade do ar e dos resíduos hídricos, quer pelos efeitos que provoca a nível da conservação da natureza, uma vez que a exploração se situa em plena ZPE de Castro Verde, os abaixo-assinados solicitam a V.ª Ex.ª que não contribua para o licenciamento dum projecto desta natureza e que envide todos os esforços no sentido de obrigar ao encerramento urgente desta exploração suinícola que tanto tem afectado a população de Castro Verde.

Jose Carlos Lameiras de Lencastre	B.E. 4901528
Fulvio Taveiras Cabral	B.F. 4737950
Carla Isabel Belchior Marques	B.E. 11520437
Luís Miguel de Castro	B.F. 6155766
João Paulo de Castro	B.E. 5878662
Jose da Cruz	B.I. 5417648
Jose da Cruz	B.I. 5403584
Jeanine Jose Caldeira Junqueira	B.I. 1084227
Maria Luísa Almeida	B.E. 6617939
Yvone de Fátima de Castro Silva	B.E. 6089643
Maria Luísa Almeida	B.E. 9612842
Fernando Carlos Monteiro	B.E. 5575747
Antonio Jose Fortes	B.I. 4591772
Antonio Jose Fortes	B.I. 4901280

Ex. Sr.  
Director- Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, nº 9/9ª Zambujal  
Apartado 7585  
2611-865 Amadora

Considerando que se encontra em fase de consulta pública o "Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana, na envolvência da vila de Castro Verde e, tendo em conta os impactes negativos que essa exploração causa, há quase duas décadas, nesta localidade, quer por afectar profundamente a qualidade do ar e dos resíduos hídricos, quer pelos efeitos que provoca a nível da conservação da natureza, uma vez que a exploração se situa em plena ZPE de Castro Verde, os abaixo-assinados solicitam a V.ª Ex.ª que não contribua para o licenciamento dum projecto desta natureza e que envide todos os esforços no sentido de obrigar ao encerramento urgente desta exploração suinícola que tanto tem afectado a população de Castro Verde.

Manoel Ribeiro	BT: 4877971
Antónia Simões Teixeira	BT 2053371
Maria José Botelho Loureiro Gomes	BT 9857544
Felicidade Estêvão Amparo de Azevedo	BT 9308387
Eveline Givoto Ferveiro	BT 10219983
Aurora Tatiana Esperança Ros. Teixeira	BT 9617631
Maria Adelaide Domingos Monteiro Coutinho	BT 5547486
João Manuel Henriques Guerreiro Pinheiro	BT 7425566
Luís Manuel Póvoas Resende	BT 7220055
Luís Fernando Aguiar Santos	BT 5014618
Albino Alberto Barros Nunes	BT 7343958
Luís Manuel C. Romão	BT 2541201
António Manuel da Silva Luís	BT 9104770
João Manuel Corvellecinho	BT 8208189



Ex. Sr.  
 Director- Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
 Rua da Murgueira, nº 9/9ª Zambujal  
 Apartado 7585  
 2611-865 Amadora

Considerando que se encontra em fase de consulta pública o “Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana”, na envolvência da vila de Castro Verde e, tendo em conta os impactes negativos que essa exploração causa, há quase duas décadas, nesta localidade, quer por afectar profundamente a qualidade do ar e dos resíduos hídricos, quer pelos efeitos que provoca a nível da conservação da natureza, uma vez que a exploração se situa em plena ZPE de Castro Verde, os abaixo-assinados solicitam a V.ª Ex.ª que não contribua para o licenciamento dum projecto desta natureza e que envide todos os esforços no sentido de obrigar ao encerramento urgente desta exploração suinícola que tanto tem afectado a população de Castro Verde.

Nome	B.I.
Artur Jorge Correia Cajunho	9990998
Paula Cristina Guerreiro Palma Escorreja	10857325
LEONARDO José de ALMEIDA GONÇALVES	10/2/401
Hannel dos Santos Marques	6097180
Maria Helena Botelho Silva	8217035
<del>Luís J. L. L. K. L.</del>	11252191
<del>N. J. J. S. L. L.</del>	Nif. 180198660
Anc. Luísa Fatauro	10151301
Luísa de Fátima Campinho Santo Bito Bente	4585163
Nélia Cristina Inácio Marques	12232358
ANSA Isabel Brito Horra	7720135
Patrícia Inês Fernandes Jacuno	10602562
Saldia Paula Costa Decary Coll.	9989847
Christ. Corp. Garcia	4998958

Ex. Sr.  
Director- Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, nº 9/9ª Zambujal  
Apartado 7585  
2611-865 Amadora

Considerando que se encontra em fase de consulta pública o "Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana, na envolvência da vila de Castro Verde e, tendo em conta os impactes negativos que essa exploração causa, há quase duas décadas, nesta localidade, quer por afectar profundamente a qualidade do ar e dos resíduos hídricos, quer pelos efeitos que provoca a nível da conservação da natureza, uma vez que a exploração se situa em plena ZPE de Castro Verde, os abaixo-assinados solicitam a V.ª Ex.ª que não contribua para o licenciamento dum projecto desta natureza e que envide todos os esforços no sentido de obrigar ao encerramento urgente desta exploração suinícola que tanto tem afectado a população de Castro Verde.

Maria Natália Algarvio Madeira Coelho Pacheco C. Verde - B.I. 6637246

Carla Cristina da Silva Pereira e Verde - B.I. 1465181

Renato Alexandre S. Martins - BI

Yerania Luísa Silva Candeias Martins B-1-09485062

Margarida - B.J. - 9230685

Fredy Jorge Luiz Nascimento - Castro Verde - BI 9872847

Daniella Vargas - Castro Verde - BI 9644756

João Pedro Mendes B.I.

Dulce Fernanda Carolina Guerreiro BI - 10640130

Maria João Jones - BI - 9862355

João Pedro de Sousa Lourenço da Silva - Castro Verde - BI 10999089

João Luis de Brito da Conceição - Castro Verde - BI. 11409044

Ex. Sr.  
Director- Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, nº 9/9ª Zambujal  
Apartado 7585  
2611-865 Amadora

Considerando que se encontra em fase de consulta pública o "Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana, na envolvência da vila de Castro Verde e, tendo em conta os impactes negativos que essa exploração causa, há quase duas décadas, nesta localidade, quer por afectar profundamente a qualidade do ar e dos resíduos hídricos, quer pelos efeitos que provoca a nível da conservação da natureza, uma vez que a exploração se situa em plena ZPE de Castro Verde, os abaixo-assinados solicitam a V.ª Ex.ª que não contribua para o licenciamento dum projecto desta natureza e que envide todos os esforços no sentido de obrigar ao encerramento urgente desta exploração suinícola que tanto tem afectado a população de Castro Verde.

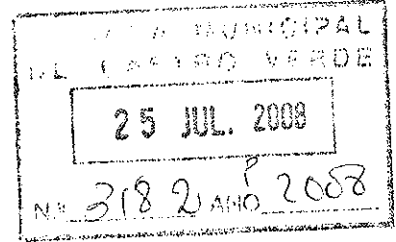
Paula Cristina Afonso Nuno BE10395928  
José Manuel Martins 3111744131  
Sofia Cristina Silva 6164815  
António José Fernandes da Costa 7865198  
Deolinda Alves Guerreiro 10522198  
Fernanda Guerreiro Santos Felício 6112499  
Tónica Patrícia Luz Custódio 12189850  
Paulo Alexandre Branco Gregório 10189437  
Arminda Pereira Serrão Charinho 4580061  
Paula Cristina Gonçalves Rosa Raposo 8530278  
Isabel Maria Inácio Rebelo Coelho

**Município de Castro Verde**

**De:** Partido Socialista Castro Verde [ps.concelhia.castroverde@gmail.com]

**Enviado:** quinta-feira, 24 de Julho de 2008 23:00

**Assunto:** Posição pública - Herdade da Serrana



Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde  
Arq. Francisco Duarte

Em anexo segue posição pública desta Concelhia, acerca do processo de licenciamento da exploração suinícola da Herdade da Serrana.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretariado da CPC

*Objecto de reunião  
28.7.08  
Duarte.*

C. M. C. V.  
Reunião de 30/7/08  
*Taxon cumprimento e  
delibera reunião a APA*  
*Duarte.*



Concelhia de Castro Verde

O PS, publicamente, assume partilhar das preocupações já manifestadas pela população da Vila de Castro Verde em relação ao processo de licenciamento da exploração suinícola da Herdade da Serrana.

A posição do PS/Castro Verde vem numa linha de coerência com as preocupações desde há muito manifestadas publicamente por esta estrutura, nomeadamente por ser esta exploração um foco de poluição ambiental, com especial impacto ao nível da qualidade do ar, sendo desde há muito a origem de um cheiro nauseabundo, mau cartão de visita à entrada da Vila, e incómodo persistente para o bem-estar dos munícipes castrenses, bem como uma ameaça aos lençóis freáticos já de si frágeis nesta região.

A dimensão prevista para o projecto em licenciamento motiva a mais viva oposição ao mesmo, não demonstrando o Estudo de Impacte Ambiental que os problemas até aqui denunciados serão extintos.

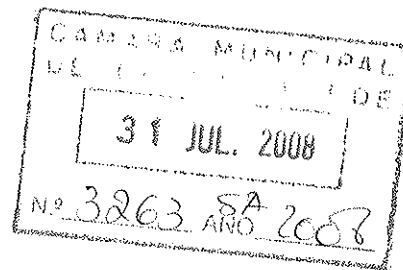
Conscientes de que em causa poderão estar postos de trabalho, não podemos deixar de considerar que o bem-estar da população e as questões ambientais, estão em primeiro lugar.

O Secretariado da Comissão Política Concelhia de Castro Verde

Castro Verde, 24 de Julho de 2008

(1 fotocópia)  
Aos Serviços Técnicos  
Remeter, conjuntamente e/  
outras posições assumidas no  
contexto da Consulta Pública,  
para a A. Part. do Ambiente  
31.07.08 Presidente,  
Junta.

Castro Verde 28/07/2008



## Posição do núcleo Concelhio do Bloco de Esquerda de Castro Verde

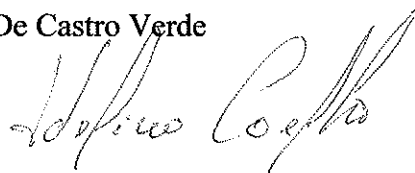
À cerca de consulta pública do projecto “Exploração Suinícola Herdade da Serrana.”

- 1 – A referida Exploração existe nas imediações de Castro Verde à cerca de 20 anos.
- 2 - Diga-se desde já que o Núcleo Concelhio do Bloco de Esquerda de Castro Verde, não está contra o desenvolvimento de qualquer projecto produtivo.
- 3 – Só que qualquer projecto tem que estar ao serviço das populações e respeitar as regras de higiene, segurança e salubridade que a lei consagra para defesa da saúde pública.
- 4- O projecto acima referido desde há vários anos vem prejudicando a saúde e bem-estar da população de Castro Verde devido aos maus cheiros pestilentos que aquelas instalações emanam.
- 5 – Ao longo destes anos temos vindo a sofrer, quase diariamente, os incómodos e mau estar provocados pelos cheiros que dali saem, sem que as entidades fiscalizadoras tenham tido mão ou tenham obrigado a empresa a observar as regras de salubridade que impedem os maus cheiros.
- 6- Não acreditamos que não exista à disposição da empresa meios técnicos capazes de evitar os maus cheiros, mas se eles existem não têm sido aplicados ou têm-no sido de forma negligente.
- 7 – Passado este tempo e face ao desleixo da empresa e à passividade das autoridades fiscalizadoras competentes, não acreditamos que a situação mude por si própria, ou seja; Os maus cheiros vão continuar porque vão continuar a negligência da empresa e o comodismo das entidades fiscalizadoras.

8 – Nesta conformidade não é legítimo que a população continue a sofrer os odores dos cheiros pestilentos provocados por aquela actividade e portanto a única posição aceitável é exigir o encerramento daquelas instalações e a não renovação do respectivo licenciamento.

É lamentável ter de chegar a este extremo mas a culpa é tão só da negligência da empresa e das entidades fiscalizadoras que se têm até aqui mostrado indiferentes á saúde e ao bem-estar da população de Castro Verde.

P'lo Núcleo concelhio do B.E.  
De Castro Verde

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Costa', written over the typed name.

~~David~~  
Reencarregado GAIA  
Cópia David C  
PP  
2008.08.06  
Castro Verde 28/07/2008

CS  
3830

APA - Agência Portuguesa do Ambiente			
<input type="checkbox"/> DG	<input type="checkbox"/> SDGFS	<input type="checkbox"/> L7SDGACS	<input type="checkbox"/> L7SDGLP
ASSESSORIA:			
<input type="checkbox"/> DPEA	<input type="checkbox"/> DFEMR	<input type="checkbox"/> GERA	
<input type="checkbox"/> DACAR	<input type="checkbox"/> DPCA	<input type="checkbox"/> GYIC	
<input type="checkbox"/> DALA	<input type="checkbox"/> LRA	<input type="checkbox"/> GAUR	
<input type="checkbox"/> DOGR	<input type="checkbox"/> DGRHFP	<input checked="" type="checkbox"/> GAIA	
<input type="checkbox"/> OUTROS:			

### Posição do núcleo Concelhio do Bloco de Esquerda de Castro Verde

À cerca de consulta pública do projecto "Exploração Suinícola Herdade da Serrana."

1 - A referida Exploração existe nas imediações de Castro Verde à cerca de 20 anos.

2 - Diga-se desde já que o Núcleo Concelhio do Bloco de Esquerda de Castro Verde, não está contra o desenvolvimento de qualquer projecto produtivo.

3 - Só que qualquer projecto tem que estar ao serviço das populações e respeitar as regras de higiene, segurança e salubridade que a lei consagra para defesa da saúde pública.

4- O projecto acima referido desde há vários anos vem prejudicando a saúde e bem-estar da população de Castro Verde devido aos maus cheiros pestilentos que aquelas instalações emanam.

5 - Ao longo destes anos temos vindo a sofrer, quase diariamente, os incómodos e mau estar provocados pelos cheiros que dali saem, sem que as entidades fiscalizadoras tenham tido mão ou tenham obrigado a empresa a observar as regras de salubridade que impedem os maus cheiros.

6- Não acreditamos que não exista à disposição da empresa meios técnicos capazes de evitar os maus cheiros, mas se eles existem não têm sido aplicados ou têm-no sido de forma negligente.

7 - Passado este tempo e face ao desleixo da empresa e à passividade das autoridades fiscalizadoras competentes, não acreditamos que a situação mude por si própria, ou seja; Os maus cheiros vão continuar porque vão continuar a negligência da empresa e o comodismo das entidades fiscalizadoras.

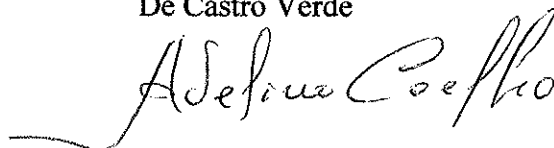
Esmeralda Rosado  
Irina Almeida  
11/8/2008



8 – Nesta conformidade não é legitimo que a população continue a sofrer os odores dos cheiros pestilentos provocados por aquela actividade e portanto a única posição aceitável é exigir o encerramento daquelas instalações e a não renovação do respectivo licenciamento.

É lamentável ter de chegar a este extremo mas a culpa é tão só da negligência da empresa e das entidades fiscalizadoras que se têm até aqui mostrado indiferentes á saúde e ao bem-estar da população de Castro Verde.

P'lo Núcleo concelhio do B.E.  
De Castro Verde

A handwritten signature in black ink, reading "Adelfina Coelho". The signature is written in a cursive style with a long horizontal flourish extending to the left.

1/4

**Manuel António Emília Domingos**

**Ex. Presidente da Junta de Freguesia de Entradas de 1989 até 2005.**

**Rua de Santa Bárbara, nº 10**

**7 780 – 350 Entradas/Castro Verde**

APPA Avaliação de Impacte Ambiental			
<input type="checkbox"/> DG	<input type="checkbox"/> SDGAFS	<input type="checkbox"/> DS	<input type="checkbox"/> LISBOA
ASSISTÊNCIA:			
<input type="checkbox"/> DALA	<input type="checkbox"/> DPEMR	<input type="checkbox"/> GERA	
<input type="checkbox"/> DACAR	<input type="checkbox"/> DPCA	<input type="checkbox"/> GTIC	
<input type="checkbox"/> DALA	<input type="checkbox"/> LRA	<input type="checkbox"/> GJUR	
<input type="checkbox"/> DOGR	<input type="checkbox"/> DGRNFP	<input checked="" type="checkbox"/> GAIA	
<input type="checkbox"/> OUTROS:			

**Entradas, 30/07/2008**

**Exmº Senhor:**

**Director Geral da Agência Portuguesa do Ambiente**

**Assunto:**

**Consulta pública do estudo de avaliação do impacte ambiental da exploração suínicola da Herdade da Serrana nas proximidades de Castro Verde.**

Exmo. Senhor director Geral, junto vou enviar duas cópias do jornal o CAMPO, com as datas de 1 Novembro de 2001 e 28 de Março de 2002, para que possa ter uma ideia da imagem que esta exploração tem tido ao longo da sua existência, e os problemas ambientais causados com situações verdadeiramente escandalosas, como bem ilustram as imagens de porcos mortos a boiar numa vala a céu aberto, de onde as águas poluídas escorriam para a Ribeira da Horta da Nora, que por sua vez tem continuidade na ribeira de Terges, que contorna a vila de Entradas. Fui eu pessoalmente, que deparei in loco com o cenário dos porcos em putrefacção, e as escorrências de água poluída sem qualquer tratamento para a linha de água. A minha grande preocupação era ficar com a água contaminada no açude, que alimenta os lençóis freáticos de onde é captada a água ( dois furos artesianos ) para consumo público da vila de Entradas.

É minha opinião que esta exploração com a dimensão que é proposta não deve ser licenciada, pelas razões que irei exprimir, e que resultaram da análise do RESUMO NÃO TÉCNICO que ponto a ponto efectuei.

**Análise do Resumo não Técnico;**

**3.1 - VENTOS DOMINANTES**

É meu senso, que a predominância dos ventos ao longo do ano são, Noroeste e Norte e não Noroeste e Oeste.

**3.2 – GEOMORFOLOGIA E GEOLOGIA**

A bacia da Horta da Nora tem continuidade com a Ribeira de Terges, onde se situam dois açudes, cuja finalidade é para a retenção de água que visa fazer face ao abeberamento dos gados em anos de seca.

**3.4 – RECURSOS HIDRICOS SUPERFICIAIS**

*Luís Marques da  
Rosado  
Fátima Almeida  
8/8/2008*

A 120 metros a jusante encontra-se uma pequena represa ( charca ) que recebe o escoamento das águas dos taludes da ETAR, bem como de uma vala onde eram depositados os cadáveres dos animais, como bem ilustra a foto da primeira página do jornal o; O CAMPO, na sua edição de 28 de Março de 2002. Essa pequena represa de Inverno rapidamente transborda e alimenta os caudais que se vão depositar nos açudes da Ribeira de Terges, junto ao Monte do Torrejão e junto à vila de Entradas. Penso que seria de exigir uma limpeza daquela charca, agora nesta época antes da chegada das chuvas. É urgente que aquela água altamente poluída seja retirada, bem como a matéria orgânica ali depositada, da exploração dos suínos ao longo de anos e anos. Refira-se que a ultima bacia da ETAR, escorria livremente para a referida charca sempre que havia mais pluviosidade, e que nunca foi feita uma limpeza à mesma, apesar de até determinada altura, dali retirarem água para a exploração suinícola.

**Se na ESTAÇÃO DE QUALIDADE DA ÁGUA DO MONTE DA PONTE A 23,5 km**, a água está muito poluída, agora veja-se em Entradas a menos de 10 km, como estará no açude que alimenta os furos que abastecem o consumo público da vila de Entradas. Apesar do açude de Entradas, ser o de maior capacidade de armazenamento, no final do Verão está praticamente seco, o que só confirma o que afirmo, sobre o alimentar os lençóis freáticos que abastecem os furos de captação para consumo humano da população de Entradas.

### **3.6 – QUALIDADE DO AR**

Frequentemente o IP2 é invadido com maus cheiros provenientes da Exploração Suinícola, bem como a vila de Castro Verde. Refira-se que a expansão da vila de Castro Verde, se faz aproximando a vila da referida exploração .

**3.8 - Desconheço a existência de empresas licenciadas para a gestão deste tipo de resíduos na área da exploração.**

### **3.9 – ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Os riscos de contaminação e poluição das linhas de água da Ribeira da Horta da Nora e Ribeira de Terges pode ser muito negativa para a avifauna da ZPE. Os prémios internacionais da LPN ( Liga de Protecção da Natureza ) podem ficar prejudicados, bem como os agricultores em geral, e os aderentes à ITI (Intervenção Territorial Integrada ) em particular.

### **4.3 – ÁGUA SUBTERRÂNEA**

Como se poderão precaver situações de extrema pluviosidade, reparações ou emergências, espalhando os efluentes, num solo magro e pouco permeável, que numa fase de forte pluviosidade estará rapidamente saturado com a própria água da chuva?

Como se espalhariam os efluentes sem que os equipamentos deixassem rodados da altura do solo, ou mesmo se atolassem?

Nestas condições o desastre ecológico seria uma trágica realidade para as águas dos açudes construídos na Ribeira de Terges junto ao Monte do Torrejão e à Vila de Entradas, pela AACB e MAP ( Associação de Agricultores do Campo Branco e Ministério da Agricultura e Pescas ) para

reter a água destinada ao abeberamento dos gados em anos de seca. Para que serviria esse investimento público, e que consequências para a ZPE?

#### 4.4 – RECURSOS HIDRÍCOS SUPERFICIAIS

A História desta exploração mostra que os diversos proprietários nunca cumpriram com as medidas de minimização preconizadas, nem foram devidamente acompanhadas por quem de direito nestas matérias, para exigir o cumprimento das mesmas. Daí a minha grande preocupação com o licenciamento de uma exploração desta grande dimensão. Um simples erro humano, uma intempérie ou outra qualquer situação não previsível ,pode pôr em causa este grande património, que é a nossa belíssima situação ambiental, e ter consequências irreparáveis num curto prazo para os habitantes consumidores de água da Vila de Entradas. Penso que o mais correcto e racional, será não aprovar o licenciamento desta grande exploração ás portas de uma vila, que já vai vivendo muito das particularidades da sua fauna e flora. E que em termos nacionais e internacionais já consta no mapa, muito por graça do trabalho desenvolvido pela LPN, ICN e pelos agentes locais (agricultores, autarquias e cidadãos em geral )

#### - SITUAÇÕES QUE A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL ESTRANHAMENTE NÃO CONTEMPLA:

1- Se eu percebi bem o mapa das instalações. Os efluentes brutos escorrem quase todos, ou todos para um tanque, de onde são posteriormente bombeados para tratamento. Já me foi dado observar no terreno, que algumas vezes, por avaria nas bombas, cortes de energia, ou outra razão que eu desconheço, o tanque transbordou enviando directamente para a pequena linha de água os efluentes brutos. Por sinal essa pequena linha de água ,até tem uma pequena represa destinada ao abeberamento do gado desse proprietário.

Pergunto eu, não faria todo o sentido que a jusante do referido tanque de recepção, o projecto contemplasse uma bacia de retenção devidamente impermeabilizada, para prevenir esses eventuais, mas mais que previsíveis acidentes?

Sei que a proprietária da referida charca a jusante já reclamou por diversas vezes as ocorrências dos factos a que acima aludi.

2 – Tanto quanto percebi no mapa das instalações, no local onde ficará o poço para depósito de cadáveres dos animais, conflui com uma vala profunda onde estão enterrados muitos animais, e que é a mesma vala da fotografada no jornal O CAMPO em 28 de Março de 2002.

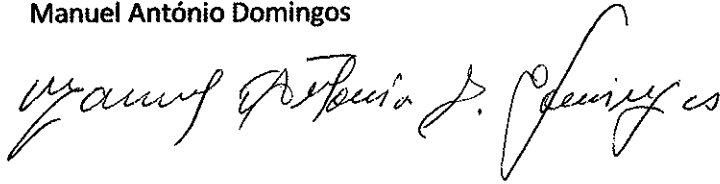
Pergunto eu, os animais vão ali ficar a decompor-se ou são transferidos para unidades especificas para esse tipo de resíduos?

Como é que se controla as escorrências desses efluentes, sem que se vão depositar na pequena represa a jusante?

Senhor Director Geral independentemente das decisões que vierem a ser muito responsabilmente tomadas, espero ter dado o meu melhor contributo possível, tanto em preocupações, como em recomendações, na certeza de que estou a exercer a cidadania que a minha consciência de homem livre me obriga, e também o peso dos 16 anos como Presidente da Junta de Freguesia de Entradas em que o assunto em apreciação muito me preocupou.

Com os meus respeitosos cumprimentos,

Manuel António Domingos

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style, that reads "Manuel António Domingos". The signature is positioned below the typed name.

MANUEL ANTONIO EMILIA DOMINGOS  
RUA DE SANTA BARBARA N.º 10  
7-780-350 - ENTRADAS

# O Campo

QUINTA-FEIRA  
28 de Março de 2002  
Semanaário  
N.º 104 - Ano 2  
60 cêntimos  
Director:  
António José Brito

JORNAL REGIONAL

PUB.

**CAMA AGRÍCOLA**  
DE ALJUSTREL E ALMODÓVAR

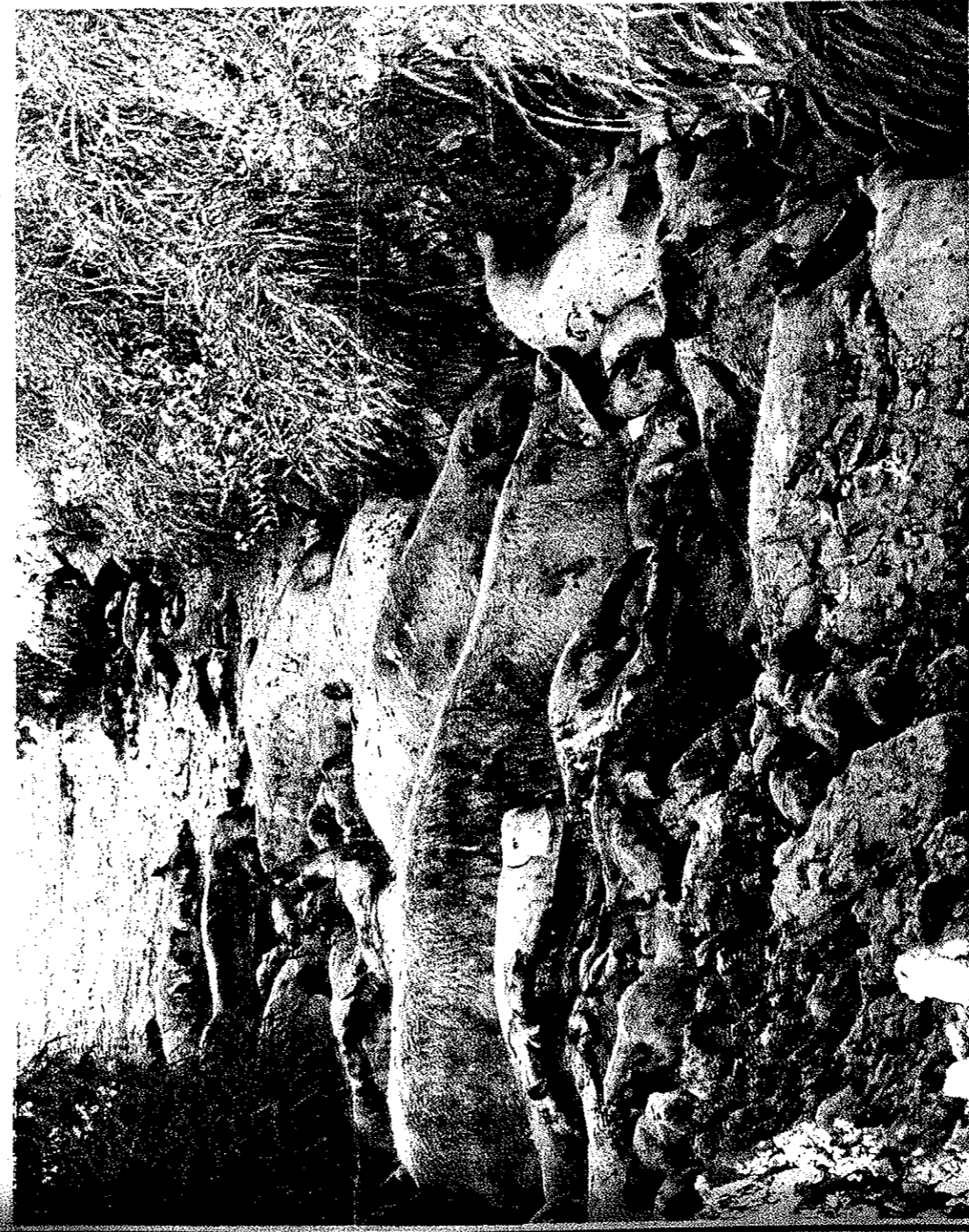
**O SEU  
CRÉDITO AGRÍCOLA  
BANCO!**

a  
ão,

## PLANÍCIE DOURADA TEM NOVO GUIA TURÍSTICO

Região de Turismo edita novo guia para turistas em quatro línguas

# ESCÂNDALO AMBIENTAL EM CASTRO Porcos mortos a céu aberto



O cenário é surpreendente e horrível. A cerca de um quilómetro de Castro Verde, numa zona situada entre o IP 2 e a estrada para Aljustrel, a "célebre" matadouro de porcos dos Uvas, como é conhecida nesta vila, revela situações de completa irregularidade, já confirmadas por uma acção de fiscalização desenvolvida nos últimos dias pela Câmara de Castro Verde.

Além das "graves deficiências e falta de eficiência" de funcionamento da ETAR - estação de tratamento de águas residuais, nota-se "total falta de limpeza da zona envolvente, falta de impermeabilização das lagoas e grandes infiltrações para o exterior". Mais: há uma vala a céu aberto onde estão depositadas pelo menos duas dúzias de porcos mortos, sem ser incinerados, e a taxa de ocupação das pocilgas ultrapassa largamente os 400 porcos licenciados. Pior que tudo isto as linhas de água a jusante, nomeadamente a ribeira de Terges, revelam fortes sintomas de poluição.

O presidente da Câmara de Castro Verde admite que a solução pode passar pelo fecho da exploração.

## FILIPE PALMA, EX-ADMINISTRADOR DA EDIA E ACTUAL PRESIDENTE DA CCRA

# Adérito Serrão e Vicente Reis saíram como golpistas políticos

Aldeia da Luz tem erros de projecto, de construção e fiscalização  
Já há mais atrasos desde o fecho das comportas a 8 de fevereiro

Filipe Palma sem papas na língua. Para o antigo administrador da EDIA e actual presidente em exercício da CCRA Alentejo, as demissões de Adérito Serrão e Vicente Reis "revelam mais que oportunismo" - "saem como golpistas políticos", acusa o homem que durante dois anos esteve no Conselho de Administração daquela empresa.

Para Filipe Palma "há vários erros" na concepção e construção da Aldeia da Luz. O atraso na celebração do contrato de exploração hidroeléctrica com a EDP é incompreensível. Mas não há razões para temer o futuro do projecto.



lo tem a  
o que até  
novimen-  
qualquer  
Pedro do  
lo, dia de  
entes do  
n assina-  
arrancos"  
i também,  
ite Luís  
ação ver-  
Pedro do  
é Nicolau  
:correr a  
os" para  
ndidatura  
comentar  
ou-se de  
ia de assi-  
itu a O  
que con-  
nciar se é  
pende dias  
stiver em  
e Ferreira  
"precisa  
ssado que  
rota" nas  
e encon-  
vação que  
imagem",  
scorda da  
blau.  
na os re-  
novação e  
do último  
ixa, argu-  
das muito  
xoder "não  
o para dar  
frente"  
cenário de  
le que, no  
principal  
da área

exploração nos arredores de Castro Verde

# Porcos mortos a céu aberto

Uma exploração de porcos nas proximidades de Castro Verde está a provocar graves problemas ambientais. A estação de tratamento de esgotos não funciona e tem permitido infiltrações nas linhas de água. Há porcos mortos a céu aberto e a falta de ocupação das pocilgas está largamente ultrapassada. O presidente da Câmara de Castro Verde admite que a solução pode passar pelo fecho da exploração.



**ANTÓNIO JOSÉ BRITO**

O cenário é surpreendente: A cerca de um quilómetro de Castro Verde, numa zona situada entre o IP 2 e a estrada para Aljustrel, a "célebre" malhada de porcos das Uvas, como é conhecida nesta vila, revela situações de completa irregularidade, já confirmadas por uma acção de fiscalização desenvolvida nos últimos dias pela Câmara de Castro Verde.

Além das "graves deficiências e falta de eficiência" de funcionamento da ETAR - estação de tratamento de águas residuais, nota-se "total falta de limpeza da zona envolvente, falta de impermeabilização das lagoas e grandes infiltrações para o exterior". Mais: há uma vala a céu aberto onde estão depositadas pelo menos duas dúzias de porcos mortos, sem ser numerados, e a taxa de ocupação das pocilgas ultrapassa largamente os 400 porcos licenciados. Pior que tudo isto as linhas de água a jusante, nomeadamente a ribeira de Tergeles, revelam fortes sintomas de poluição. Se chover brevemente, o problema pode causar estragos a vários quilómetros de distância.

A consequência mais grave regista-se em duas açudes situados nos arredores da ria de Entradas. Só a análise da água poderá confirmar eventual contaminação mas, a olho nu, verifica-se um nível de poluição acima do que é normal. Isso é

sobretudo visível no açude do Moinho Ferreiro.

O presidente da Câmara de Castro Verde, Fernando Caseros, esteve no local e confirma todos estes problemas. Para o autarca "não há outra solução que não seja fechar a exploração". "Há uma reincidência clara e óbvia negligência. Não estão reunidos os requisitos para continuar a funcionar", defendeu.

A exploração é propriedade da empresa SUNIMOR, de Montemor-o-Novo, que admite a existência de alguns problemas. Manuel Silva, gerente da unidade,

reconhece que "há situações que estão mal" mas observa que "são facilmente ultrapassáveis".

"No caso da ETAR tentámos resolver o problema com argila, mas não conseguimos. Admito que há infiltrações mas esta semana tudo ficará resolvido", afirmou o empresário quando solicitado pelo CAMPO para dar explicações.

Manuel Silva tem também uma versão curiosa para a existência de porcos mortos a céu aberto em número considerável. "Provavelmente a vala onde costumam ser enterrados meteu

muita água e os trabalhadores não conseguiram enterrá-los. Só abrindo uma nova vala em terreno enxuto", referiu. O gerente da SUNIMOR considera que este tipo de adversidades "não é agradável", mas lembra que sempre tentou dar-lhe soluções. Confrontado com a opinião do presidente da Câmara de Castro Verde, sobre o encerramento da exploração, Manuel Silva insiste em alegar que "não há nada que não seja ultrapassável", ao mesmo tempo que desvaloriza a ultrapassagem do número de animais licenciados - "mais seis ou menos seis não creio que seja uma situação grave", disse.

Perante estes factos o presidente da edilidade de Castro Verde mostra-se visivelmente agastado, sobretudo porque a Câmara tem vindo a alertar os proprietários da exploração para corrigirem os "sucessivos" problemas. Depois desta acção de inspecção a autarquia já notificou os serviços competentes da Direcção Regional do Ambiente e do Instituto de Produção Animal. Recorde-se que na última visita feita ao local, há precisamente um ano, os serviços técnicos da DRAAL constataram que as condições de exploração da ETAR eram "regulares" e não identificaram qualquer aspecto "marcante merecedor de cuidados especiais".

A Câmara de Castro Verde recebeu esta informação em Maio do ano passado e, posteriormente, no último mês de Novembro, foi o próprio Director Regional do Ambiente, na altura Jorge Pulido Valente (hoje presidente da Câmara de Mértola), que confirmou a O CAMPO não haver razões para intervir na exploração. Pulido Valente afirmou então que aquela unidade de produção estava "a cumprir totalmente as normas ambientais". "O principal problema é ter sido dada autorização para construir uma exploração com aquela dimensão naquele local", reconheceu Jorge Pulido Valente, para quem, do ponto de vista ambiental, não havia há apenas quatro meses, "nada a assinalar".

Associação de Municípios de Beja

## António Paiva regressa à liderança

Os dois autarcas do Partido Socialista que estavam demissionários do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB), devido a uma polémica em torno do Diário do Alentejo, foram hoje reconduzidos nos cargos.

A decisão foi tomada na última terça-feira em reunião da Assembleia Intermunicipal da AMDB, realizada em Beja e que durou mais de três horas, tendo os associados chegado a um consenso quanto à recondução de António Paiva (presidente do Conselho de Administração) e Jorge Pulido Valente (vogal).

Todas as autarquias consideraram que os dois autarcas deviam retomar as suas funções no CA e que, dentro de um mês, aquele órgão possa voltar a discutir o futuro da AMDB, nomeadamente uma linha estratégica para o Diário do Alentejo", explicou um representante do PS, António Camilo (Odemira), no final do encontro.

António Paiva e Pulido Valente, presidentes das autarquias de Alvíto e Mértola, respectivamente, demitiram-se do Conselho de Administração (CA) da AMDB, no final de Fevereiro, por os vogais da CDU e do PSD terem recusado uma proposta de reestruturação do jornal Diário do Alentejo (DA), que incluía a substituição do director.

Os dois representantes socialistas no CA deverão agora, durante o próximo mês, voltar a preparar uma proposta de reestruturação do semanário, segundo referiu o porta-voz do PS. "Foi consensual que essa proposta deve ser discutida no CA e não na Assembleia Intermunicipal, mas também todos reconheceram que é necessário mudar o que se passa no jornal, que foi sempre o ponto de discórdia entre os municípios", disse António Camilo.

Caso o Conselho de Administração (que integra dois

representantes do PS e dois da CDU, assim como um do PSD) volte a bloquear a reestruturação do semanário, os municípios socialistas admitem abandonar de vez a AMDB. "O associativismo das câmaras no Baixo Alentejo não se esgota na AMDB e já temos vindo a discutir essa situação. Mas nada está decidido", alertou António Camilo.

Um dos dois autarcas do PSD, José Raúl Santos (Ourique), lembrou que o PS "apenas detém maioria relativa" na AMDB e que, por isso, os dois membros socialistas do CA "precipitaram-se ao optar pela demissão". "O PS tem de saber governar com maioria relativa, com os autarcas da CDU e do PSD. A exoneração de alguém não pode ser posta como condição para a participação de quem quer que seja", frisou, garantindo que a AMDB tem "assuntos mais importantes" para resolver.

MANUEL ANTONIO EMILIA DORINDOS  
RUA DE SAUT BORDANA N.º 10  
7-780-350 - ENTRAADAS

QUINTA-FEIRA  
01 de Novembro de 2001  
Semanário  
N.º 83 - Ano 2  
120\$00 - 0,6 Euros  
Director:  
António José Brito

# O CAMPO

JORNAL REGIONAL

PUB.  
**ASRomba**  
Vinte e Nove Anos de História  
da Imprensa Regional  
Rua de Saut Bordana  
7-780-350

## Cheira mal em Castro

► Exploração de Porcos na zona Norte da vila  
expele cheiros horríveis regularmente

A Direcção Regional do Ambiente do Alentejo (DRAAL) não encontra razões para intervir na exploração de porcos situada na zona Norte da vila de Castro Verde. Segundo o Director Regional aquela unidade de produção está a

cumprir totalmente as normas ambientais - apesar do forte mau cheiro que causa com regularidade. A Câmara tem dúvidas que seja assim e acha que a reabertura da exploração deveria ter sido submetida a um novo processo de licenciamento. Mas

não foi porque o Instituto de Produção Animal não quis.

"As malhadas dos Uvas", como são conhecidas em Castro Verde, devido ao nome do seu proprietário inicial, foram construídas no final dos anos setenta.

Animal.  
num período em que havia poucos cuidados com o ambiente. Nessa altura a obra recebeu parecer positivo dos serviços de saúde, ambiente, Câmara Municipal e Instituto de Produção Animal.



■ GRANDE ENTREVISTA com o Ministro da Agricultura, Capoulas Santos

■ Agricultores do Roxo. lamentam chegada tardia da água de Alqueva

■ Castro e Brito prevê futuro muito negro

■ Plano Zonal de Castro Verde

■ Esforço de erradicação de doenças animais dá ao Alentejo elevado estatuto sanitário

■ Porco Alentejano em alta

■ Produtores de vinho queixam-se do Governo

■ SUPLEMENTO DE 20 PÁGINAS



AGRICULTURA  
ao Raio X

11 Economia

## Australianos compram 49% da SOMINCOR

Tal como O CAMPO revelou no passado mês de Junho a companhia australiana Murchison United já comprou 49 por cento do capital da SOMINCOR aos britânicos da RTZ - Rio Tinto Zinc. Ao mesmo tempo aquela empresa, em consórcio com os filandeses da Outokumpu, prepara-se para adquirir mais 17 dos 51 por cento pertencentes ao Estado português e detidos pela EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro. Para alcançar esse objectivo vai participar no Concurso Público anunciado em "Diário da República" no passado dia 23 de Outubro. Se o negócio for concretizado, como é muito provável, a EDM ficará com 34 por cento do capital e, segundo várias informações recolhidas pelo CAMPO, a Murchison detém 58 e a Outokumpu 8 por cento.

8 Ajustre

## Feira do Campo Alentejano foi evidente sucesso



ECOMARCHE

OS Mosqueteiros

O seu supermercado em ALJUSTREL

SODIJUSTREL  
Supermercados, Lda.

Ramal de Beja - 7600 Ajustrel

Tel: 284 602 050 - Fax: 284 602 052

DISTRIALENTEJO  
Supermercados, Lda.

R. 1.º de Maio - 7900 Ferreira do Alentejo

Tel: 284 739 842/3 - Fax: 284 739 845



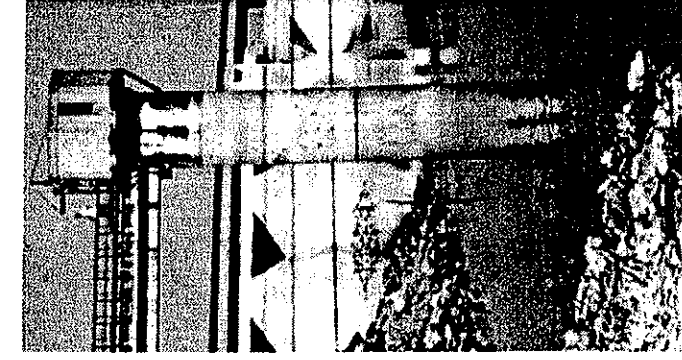
Acusação do presidente da Câmara de Aljustrel

## Água de Alqueva chega ao Roxo em 2006 por razões políticas

A ARR - Associação de Beneficiários do Roxo, que gere aquele Perímetro de Rega, tem em marcha a modernização de apenas um dos seis blocos de tega. A obra será lançada no próximo ano e serão beneficiados 1.400 hectares.

Os restantes cinco blocos apenas sofrerão obras quando a água de Alqueva chegar - situação que só deverá ocorrer, segundo a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, em 2006. Entretanto será possível aproveitar os recursos das ribeiras de Terges e Cobres, dois dos principais afluentes do Guadiana.

Carlos Marques, dirigente da ARR, lamenta que a água de Alqueva não chegue primeiro ao Roxo. "seria mais lógico porque aqui temos dificuldades", explica em declarações a O



CAMPO, admitindo que tal não aconteceu "por razões políticas".

Uma opinião partilhada na totalidade por José Godinho, presidente da Câmara Municipal de Aljustrel, para quem o concelho e o Perímetro de Rega do Roxo "foram preteridos". "A tradição e a idade do Perímetro justificavam a sua prioridade, mas lamentavelmente não foi assim. Houve prioridades que são discutíveis", diz o autarca comunista.

José Godinho critica também a lentidão que está a marcar a construção dos canais e mostra-se em desacordo com a opção de construir primeiro a barragem do Pisão e só depois o canal de ligação ao Roxo - "o processo deveria ser em simultâneo para recuperar o atraso existente", afirma.

(Ver suplemento de Agricultura)

Exploração de porcos é a origem

## Mau cheiro em Castro Verde

A Direcção Regional do Ambiente do Alentejo (DRAAL) não encontra razões para intervir na

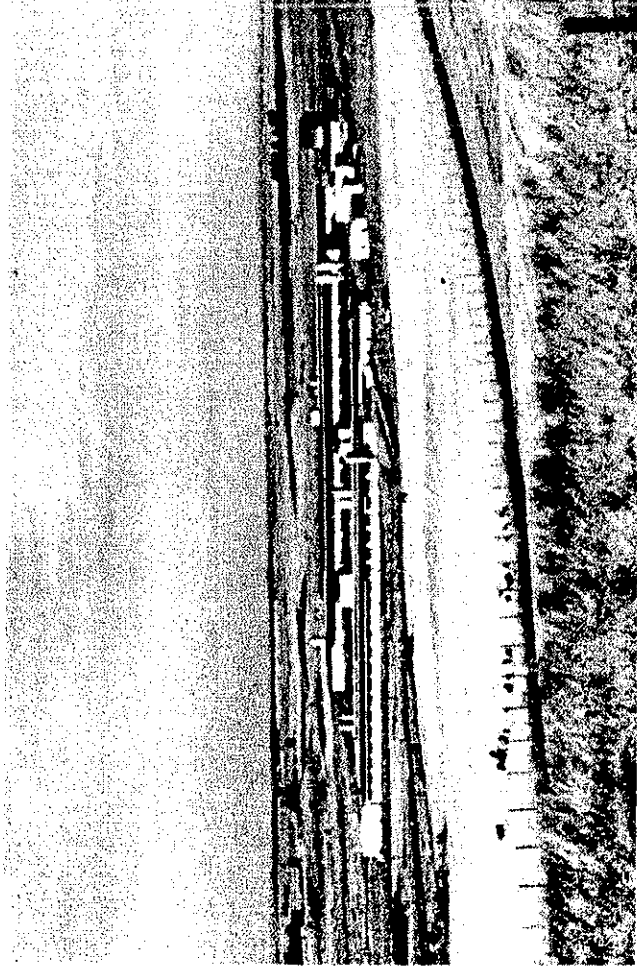
exploração de porcos situada na zona Norte da vila de Castro Verde. Segundo o Director

Regional aquela unidade de produção está a cumprir

totalmente as normas ambientais - apesar do forte mau cheiro que causa com regularidade. A

Câmara tem dúvidas que seja assim e acha que a reabertura da exploração deveria ter sido

submetida a um novo processo de licenciamento. Mas não foi porque o Instituto de Protecção da Produção Animal não quis.



É desta exploração que é expellido o mau cheiro

embora as autoridades de saúde e o próprio Ministério da Agricultura possam averiguar se existem irregularidades. Isto porque, segundo o mesmo responsável, do ponto de vista ambiental, "não há nada a assinalar". Pulido Valente confirma que técnicos da DRAAL já visitaram o local e "não detectaram qualquer situação irregular" - uma conclusão que merece "muitas reservas" da Câmara Municipal de Castro Verde que, segundo o presidente Fernando Caeiros, apresentou um relatório fundamentado onde evoca razões que colidem com a posição da DRAAL - "aspecto geral de limpeza deplorável,

especialmente na zona da ETAR - estação de tratamento de águas residuais, proliferação de ratos, vedações defetuosas, existência de uma lagoa selvagem junto à estrutura do separador sólido/líquido e acesso muito facilitado de viaturas, podendo promover a contaminação do local por veículos que venham de explorações infectadas", pode ler-se no documento enviado pela Câmara ao Director Regional do Ambiente, no passado mês de Maio.

"As malhadas dos Uvas", como são conhecidas em Castro Verde, devido ao nome do seu proprietário inicial, foram construídas no final dos anos setenta,

Não há qualquer tipo de problema com a água de Castro Verde. O presidente da Câmara Municipal, Fernando Caeiros, assegura que a situação está totalmente controlada e não levanta riscos para a saúde pública.

O autarca desvaloriza assim as críticas feitas pontualmente que apontam para a falta de qualidade e assegura que a água que sai nas torneiras da vila tem garantias absolutas de qualidade.

Fernando Caeiros explica ainda que a água de Castro Verde nunca atingiu os valores máximos recomendados, embora reconheça que a barragem do Monte da Rocha tem problema específicos que por vezes causa algum incómodo. Contudo o autarca defende que não há nenhum equipamento tecnológico que melhore o tratamento da água, embora admita que possam existir alternativas com a mesma eficácia.

num período em que havia poucos cuidados com o ambiente. Nessa altura a obra recebeu parecer positivo dos serviços de saúde, ambiente, Câmara Municipal e Instituto de Protecção da Produção Animal (IPPA).

Depois de um longo período de exploração a unidade fechou durante cerca de dez anos. Posteriormente foi adquirida pela empresa SUINIMOR, de Montemor-o-Novo para ser reactivada. A Câmara Municipal de Castro Verde sugeriu a elaboração de um novo processo de licenciamento - "mas o IPPA recusou", lembra Fernando Caeiros, explicando que, caso tivesse sido instruído um novo processo, haveria necessidade de um estudo de impacto ambiental que provavelmente iria chumbar a utilização das "malhadas". "A Câmara Municipal poderia ter dado um parecer negativo nesta fase, mas não tinha fundamento para isso", revela Caeiros, explicando que só o estudo poderia identificar o problema e lembrando que desde sempre a autarquia exigiu a construção de uma cortina vegetal, para cortar os cheiros da exploração na direcção de Castro Verde. Segundo O CAMPO apurou o único aspecto irregular registado na altura foi a ausência de um local para tratamento dos efluentes. Uma situação resolvida pela empresa proprietária, que construiu uma nova ETAR.

O CAMPO tentou obter uma reacção da SUINIMOR mas tal não foi possível até à hora de fecho desta edição.

[o campo@oninet.pt](mailto:ocampo@oninet.pt)

Zerocavidade GAIA  
Café Verde  
PP  
2008.08.06

Castro Verde 30/07/2008

APA - Agência Portuguesa do Ambiente			
<input type="checkbox"/> DG	<input type="checkbox"/> SDGFS	<input type="checkbox"/> SDGAGS	<input type="checkbox"/> SDGLP
ASSESSORIA:			
<input type="checkbox"/> DPEA	<input type="checkbox"/> DFEMR	<input type="checkbox"/> GERA	
<input type="checkbox"/> DACAR	<input type="checkbox"/> DPCA	<input type="checkbox"/> GYC	
<input checked="" type="checkbox"/> DALA	<input type="checkbox"/> LRA	<input type="checkbox"/> GJUR	
<input checked="" type="checkbox"/> DGR	<input type="checkbox"/> DGRHFP	<input checked="" type="checkbox"/> GAIA	
<input type="checkbox"/> OUTROS:			

CS  
2008/08

Assunto:

Consulta Pública.

Projecto: Exploração Suinícola Herdade da Serrana.

Exmº Senhor:  
Director Geral da Agência Portuguesa do Ambiente

Na qualidade de Cidadão residente em Castro Verde venho por este meio manifestar a minha opinião sobre o projecto acima referido.

1 - Tendo em consideração que esta Exploração suinícola existe há cerca de duas décadas, e que ao longo deste tempo têm ocorrido varias situações com impacte ambiental negativo, no que se refere à qualidade do ar, assim como à poluição das linhas de água.  
(Situações estas devidamente identificadas e denunciadas às autoridades competentes.)

2 - Dada a proximidade desta exploração suinícola à vila de Castro Verde ( apenas a algumas centenas de metros) são frequentes os maus cheiros pestilentos e intensos em toda a localidade provocando mal-estar na população.  
Sendo que os ventos predominantes são habitualmente de Noroeste, ou seja; No sentido da exploração Herdade da Serrana para a vila Castro Verde.

3 - Apesar de ser do conhecimento das entidades fiscalizadoras do mal-estar sentido pela população, não foram estas capazes de obrigar a empresa a tomar as medidas necessárias para eliminar ou minimizar os efeitos negativos para o bem estar e para a saúde dos residentes.

4- Considerando que o projecto prevê o aumento significativo do numero de animais, e conhecendo os antecedentes das empresas proprietárias desta exploração suinícola, e a forma negligente como têm actuado em relação às deficiências aqui referidas, apesar do numero de animais ser inferior aos previstos neste projecto, devo acrescentar que os motivos de preocupação serão maiores se o mesmo for aprovado.

Ej ten garia  
Rosado

Fernando Almeida

11/8/2008

5 – Depois de consultar o projecto, fiquei com a convicção de que não estão salvaguardadas as garantias para que esta exploração funcione sem causar danos ao ambiente, à saúde e bem-estar da população de Castro Verde.

6- Nesta conformidade, penso que não é aceitável a renovação da licença para esta actividade, e que a solução mais correcta será o seu encerramento definitivo.

Com os melhores cumprimentos

Adelino António Pereira Coelho

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Adelino', written over the printed name.

**ARTUR JORGE CORDEIRO LAGARTINHO**  
**CASTRO VERDE**

*Eng.º Margarida Rosado*

CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ASSISTÊNCIA:		
<input type="checkbox"/> DPEA	<input type="checkbox"/> DPEMR	<input type="checkbox"/> GERA
<input type="checkbox"/> DACAR	<input type="checkbox"/> DPCA	<input type="checkbox"/> GTIC
<input checked="" type="checkbox"/> DALA	<input type="checkbox"/> LRA	<input type="checkbox"/> GJUR
<input type="checkbox"/> DOGR	<input type="checkbox"/> DGRHFP	<input checked="" type="checkbox"/> GAIA
<input type="checkbox"/> OUTROS:		

*Receção da GAIA  
 PP  
 20.08.08*

**Paula Gama**  
 Chefe de Divisão

EX.Mº SR.

**DIRECTOR-GERAL DA AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE**  
**RUA DA MURGUEIRA, 9 / 9ª - ZAMBUJAL**  
**APARTADO 7585**  
**2611-865 AMADORA**

Data  
 1 de Agosto 2008

**Assunto: Exploração Suinícola da Herdade da Serrana – Castro Verde**

Exm.º Senhor:

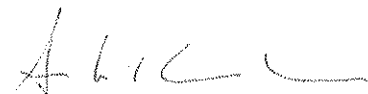
Em face da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Herdade da Serrana, na freguesia e concelho de Castro Verde tenho a expor a V. Exa o seguinte:

- A emissão de gases poluentes provenientes dessa exploração, resultantes da actividade física e biológica dos animais e da limpeza e higienização das instalações, tal como refere o estudo, tem um impacto negativo.
- Não refere o estudo que também os efluentes, compostos por uma mistura de dejectos sólidos e líquidos, na sua fase de tratamento com agitação e deposição em lagoas também liberta gases. Da mesma forma a deposição e espalhamento das lamas em terreno agrícola ainda aumenta mais a emissão de gases poluentes e odores incomodativos.
- O estudo indica (Resumo Não Técnico – ponto 4.6) “não é expectável que a dispersão de odores afecte a localidade mais próxima”, que é Castro Verde e localiza-se a 850 metros da exploração.
- A afirmação de que “não é expectável” não tem qualquer fundamento pois o odor emanado por essa exploração afecta diariamente a população castrense.
- De referir também que a exploração se situa nas proximidades da entrada Norte de Castro Verde, que é servida pelo IP2 e pela EN2, sendo que quem se desloca nessas vias também é afectado pelas emissões de gases da exploração suinícola. Proporciona-se assim um péssimo “cartão de visita” a quem por aqui passa ou entra em Castro Verde, afasta potenciais visitantes e afecta significativamente o turismo e a restauração local.
- Existe uma via paralela ao IP2, a antiga estrada nacional, a 500 metros da exploração, que é utilizada para o transito de acesso local, e que devido à baixa frequência de transito automóvel é bastante utilizada pela população local para actividades desportivas e recreativas de ar livre.

*Eng.º Margarida Rosado*

Posto isto solicita-se que sejam envidados todos os esforços no sentido de minimizar ou eliminar os impactos negativos aqui focados, ou que na impossibilidade de garantir a defesa da qualidade de vida das populações locais e a defesa do meio ambiente, seja concedida a Declaração de Impacte Ambiental Desfavorável.

Os meus cumprimentos.



Artur Lagartinho